

IDENTIDADE NACIONAL E GLOBALIZAÇÃO

Joaquim Croca Caeiro

1. A identidade nacional

É fácil constatar que o termo identidade nacional é de uso recente no domínio das ciências sociais. Entre os anos 30 e os anos 50, a terminologia utilizada para tentar esclarecer a problemática das características diferentes de cada povo e cultura, recorria no essencial aos conceitos de "*carácter nacional*", "*personalidade básica*", "*personalidade modal*", etc.¹. É somente no decurso da década de 70 que sob o impulso de Claude Lévi-Strauss e sob a organização de Jean-Marie Benoist, se realiza um seminário interdisciplinar sobre "*identidade*", com a participação de matemáticos, biólogos, etnólogos, filósofos, psicanalistas, linguistas, etc.². A partir de então o conceito de identidade passa a gozar de uma ampla generalização do seu uso ao ponto de se tornar um elemento de senso comum, num conjunto de escritos sobre o tema aplicado a variadas utilizações.

Ainda que tal conceito possa ser utilizado por um variado leque de disciplinas, o que nos importa no essencial, é o ponto de vista político e antropológico do termo. Assim, operacionalmente e como o fez Claude Lévi-Strauss, é preciso saber *«...em que direcção nos orientamos para formular a noção de identidade e resolver o problema? Seria na via oposta àquela de um substancialismo dinâmico, considerando que a identidade é uma espécie de foco virtual ao qual é indispensável referir-mo-nos para explicar algumas coisas, mas jamais com existência real. [Pois se a antropologia tem sido acusada de estudar sociedades inteiramente diferentes, mas reduzindo-as à identidade], a solução só existe no esforço das ciências humanas para ultrapassar essa noção de identidade e a ver nela um simples limite teórico ao qual não corresponde nenhuma experiência real.»*³

Decorrente desta interrogação, podemos então procurar o conceito de identidade nacional e perspectivar o modo como ela influencia, ou não, o mundo em que vivemos actualmente, nomeadamente, no âmbito da relação do Estado com o fenómeno da globalização. Deste

modo, a identidade nacional, pode ser entendida como a identificação de um povo com o seu espaço geográfico, os seus usos, costumes e as suas tradições, garantindo uma soberania completa e implicando uma maior relação com o Estado.

A identidade nacional implica uma consciência de comunidade política, a qual por sua vez, entende também a existência de instituições comuns em conjunto com um quadro único de direitos e deveres dos membros dessa comunidade. Ao mesmo tempo, implica também a existência de um território demarcado e delimitado e com o qual os membros se identificam com base no que manifestam um forte sentimento de pertença. A este modelo de conceito de identificação nacional, que podemos designar de ocidental, estão assim ligados conceitos fundamentais como os de nação, de pátria ou de cidadania.

Importa pois precisar cada um daqueles termos que determinam a caracterização da identidade nacional. Por nação, podemos considerar a ideia de uma unidade cultural, de um passado comum, de tradições e mundivisões muito integradas e de aspirações semelhantes, ou seja, podemos considerá-la como *“uma população humana, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns a todos os membros”*⁴.

A pátria, por seu lado, assume-se como uma comunidade de leis e instituições que têm em vista um propósito político único, o que pressupõe a existência de instituições reguladoras comuns as quais dão expressão aos sentimentos e objectivos políticos colectivos daquela comunidade. Quanto à cidadania, ela está ligada à existência de uma consciência de igualdade legal entre os membros de uma mesma comunidade, pela qual existem um conjunto mínimo de direitos e deveres recíprocos eles e ao mesmo tempo é suficiente para determinar a exclusão daqueles que são estranhos a tais deveres direitos.

Em face destes conceitos, podemos então afirmar que a identidade nacional apresenta os seguintes aspectos fundamentais: um território histórico, a existência de mitos e memórias históricas comuns, uma cultura de massas pública comum, direitos e deveres legais comuns a todos os membros e uma economia comum, com mobilidade territorial para os membros.⁵

2. A Globalização

O conceito de globalização comporta uma certa ambiguidade, porque evidencia a existência de pelo menos duas concepções fundamentais que o determinam. Em primeiro lugar, a dos que querem inscrever nos chamados processos de globalização a existência de uma nova época económica averiguando os seus elementos caracterizadores, sublinhando a importância dos

espaços supranacionais e da economia mundial enquanto espaço relevante para a análise sócio-económica. Em segundo lugar, aqueles que entendem a globalização como um mito, fundamentando-se na análise comparativa de dois períodos históricos separados cerca de um século: as últimas décadas do século XIX e as duas últimas do século XX.

É como resultado destas concepções que se pode equacionar a globalização como conjunto de tendências que conduzem a uma crescente integração das economias nacionais que compõem a economia mundial contemporânea. De tais tendências podem apontar-se as seguintes, no âmbito da transformação sócio-económica e histórica: ⁶

1. Aceleração das inovações tecnológicas nomeadamente no campo da informática, dos cabos de fibras ópticas e da miniaturização, no domínio da produção de energia, etc., fazendo-se sentir o seu impacto através da redução dos custos em geral e dos de transacção e informação em especial;

2. Transformação dos sistemas de produção e da exogeneização de fornecimentos, nomeadamente, através da conciliação das vantagens da produção em massa e da produção artesanal;

3. Transformação do modo de funcionamento e organização da economia no sentido do predomínio do mercado e da iniciativa privada, como propõe a ideologia liberal, conseguido pela redução do papel do Estado na economia assente em objectivos de obtenção de ganhos de eficiência produtiva e de incentivos à inovação. Daqui resultam duas questões com uma grande característica social e que são a flexibilização do mercado de trabalho e a redução do fornecimento de serviços sociais;

4. Transformação do modo de organização e funcionamento da função política no sentido do alargamento da democracia liberal. Neste caso, o mercado é considerado como o modo mais democrático ao expressar as necessidades e vontades da sociedade. Resultam consequências sociais importantes, tais como, a redução e alteração dos meios de controlo social os quais contribuem para fomentar a participação social e para o crescimento de novas divisões e conflitos sociais;

5. Transformação do espaço no sentido da aceleração da integração dos mercados nacionais de factores, bens e serviços e dos padrões culturais.

Mas, o processo de globalização é algo que não se pode entender apenas através de uma perspectiva económica. Ele tem antes de mais, de ser entendido através de um processo de

interdependência crescente da sociedade mundial. Como tal a globalização é *”a reordenação do tempo e da distância das nossas vidas. (...) [E estas] são cada vez mais influenciadas por actividades e factos que têm lugar bem longe dos contextos sociais em que decorrem as nossas actividades quotidianas”*⁷.

Temos de admitir por via do que fica dito que a globalização não é *“um processo simples, é uma rede complexa de processos. E estes operam de forma contraditória ou em oposição aberta. Para a maioria das pessoas, a globalização é apenas uma «troca» de poder ou de influência, das comunidades locais ou das nações para a arena global. É certo que os países perdem algum do poder económico que tinham. Mas também há o efeito contrário. A globalização não se limita a empurrar para cima, também puxa para baixo, criando novas pressões para a concessão de autonomias locais”*⁸.

É pela complexidade do processo de globalização que as identidades culturais em diversas partes do mundo reaparecem, conduzindo ao recrudescimento dos nacionalismos locais, ou seja, é por força da contradição que as populações tendem a contestá-lo e a criar novos processos contra as tendências globalizantes.

Por outro lado, um vasto conjunto de interventores sociais e políticos, pretende que o processo de globalização não seja apenas um meio para alcançar algo mas, antes um fim, pelo qual tal processo seja *“resultado da acção de governos poderosos, especialmente dos Estados Unidos, forçando os povos do Mundo a engolirem acordos de comércio ou de outro tipo, por forma a facilitar o domínio da economia das nações de todo o Mundo pelas corporações e pelos ricos, sem que se constituam em obrigação para com os povos dessas nações.”*⁹

Para outros, no entanto, a globalização deve ser entendida apenas numa forma económica, considerando-se o processo como *«nefasto através do qual os povos cederam o poder sobre as suas economias e sobre as suas sociedades a forças globais e antidemocráticas, tais como os mercados, as agências de classificação da dívida, etc”*, pelo que a globalização económica seria aquela em que *“as economias nacionais se integram progressivamente na economia internacional, de tal modo que a sua evolução dependerá cada vez mais dos mercados internacionais e menos das políticas económicas governamentais”*¹⁰.

Em resumo, podemos dizer que para o processo de globalização não pode em definitivo aceitar-se uma única definição. Podemos, todavia considerá-lo como o processo que caracteriza a actualidade das relações internacionais e que tem como características fundamentais, a subida rápida e sustentada do nível de vida médio, uma estrutura económica moderna caracterizada

por processos de industrialização e terciarização, a formação de novos espaços económicos relevantes, o predomínio da economia capitalista de mercado e o modo de organização e funcionamento da economia.

Para além disso, ainda se pode avaliar o fenómeno a partir de várias vertentes, de que se salientam a ideológica, a económica e a social, e que se analisam de seguida.

i. A Perspectiva político-ideológica

Desde a publicação da Carta das Nações Unidas que um largo conjunto de declarações tem consolidado um corpo de direitos e liberdades à escala mundial, como sejam os direitos humanos, os princípios democráticos, a igualdade entre os sexos, a protecção à infância, os direitos dos trabalhadores, etc.

A componente ideológica, actua em múltiplos aspectos através de uma visão unilateral dos processos objectivos, nomeadamente, ao nível da questão ecológica e da questão económica. E, manifesta-se através da reprodução à escala global dos mesmos processos que se aplicam nas sociedades desenvolvidas, fazendo-o todavia num conjunto profundamente heterogéneo do ponto de vista social, económico, político e cultural.

Resultam assim tendências para a reprodução do sistema económico ou para o controlo político das várias sociedades, conduzindo a maior parte das vezes, ao sentimento de que a cultura global unificada tem pouco espaço para se fazer sentir, ao invés da existência de culturas globais no plural. Efectivamente, pode pois, considerar-se que do ponto de vista ideológico, a controversa vigência de valores e ideias mundiais não permite juízos definitivos dada a existência de manifestações contraditórias, «*uma vez que a globalização da cultura se transforma na globalização das mercadorias culturais vendíveis*».¹¹

O actual movimento global, resulta em grande parte da incapacidade do *Welfare State* para a solução das grandes questões económicas, nomeadamente, naquelas que resultaram do período que se seguiu à queda do Muro de Berlim em 1989. O Estado Social¹² enquanto modelo enquadrador do Estado Providência, foi sofrendo a contestação e os ataques sistemáticos por parte dos principais agrupamentos económicos que viam no maior grau de intervenção do Estado na vida económica um entrave para a sua expansão. As críticas que se foram fazendo, resultaram na maior parte dos casos da forte intervenção que o Estado foi chamado a fazer ao longo do processo de formação da sociedade industrial, mormente no âmbito do exercício de uma política de compensação e de condução de tal processo. É neste

âmbito que a perspectiva liberal inicia o seu movimento de contestação ao Estado Social, nomeadamente ao nível da sua legitimação¹⁸.

O Estado Liberal desde os seus primórdios, cconsiderou que a sua legitimidade se confinava ao desempenho de tarefas de enquadramento legislativo-administrativo das esferas de livre acção dos indivíduos ou de outros agentes sociais. Na contestação ao Estado Social, alega-se que por ser consubstanciada apenas no voto, sofre de um défice de legitimidade para tomar sozinho um conjunto de decisões que implicam alterações nas estruturas sociais, de tal modo que, reclama a participação das formações sociais como legítimas competidoras pela condução dos processos sociais.

Como salienta Anthony Smith, “*devemos distinguir dois tipos de crítica ao poder e à legitimidade do Estado e dois tipos de crises correntes em que o Estado se encontra. A primeira é externa, a crise - e a crítica - do seu poder económico e militar num mundo de gigantescas companhias transnacionais interligadas por comunicações de massas electrónicas. A segunda crise e crítica é interna, um desafio tanto à eficácia do Estado nacional e à sua legitimidade e representatividade como Estado nacional respondendo às necessidades e interesses dos seus cidadãos*”.¹⁴ O que cada vez mais é questionado é o comportamento e a eficácia de Estados individuais e dos seus regimes e a distribuição de poderes e recursos entre aqueles que constituem o Estado.

O que o liberalismo coloca em causa, é o intervencionismo estatal proposto pelo modelo do Estado Social assentando no chamado «*modelo regulador*»¹⁵ e que entende não alcançar os seus objectivos produzindo consequências laterais perversas, porquanto “*tais medidas regulatórias são ladeadas ou deformadas na sua aplicação, por contrariarem as lógicas ou dinâmicas das áreas sociais relativamente autónomas que visam regulamentar ou pelas organizações ou agências que intervêm na implementação dessas medidas*”.¹⁶

O Estado, então deveria assumir-se apenas como um *primus inter pares* e representante oficioso dos vários interesses sociais dispersos procurando apenas impor no debate dos interesses sectoriais ou parcelares o sentido da responsabilidade pelo interesse geral e a perspectiva do médio e longo prazo.

Tratava-se no essencial, de implementar aquilo a que se convencionou designar por políticas neo-liberais, as quais em termos gerais assentam na perspectiva de que o mercado é suficientemente capaz de, por si só, criar os necessários mecanismos para determinar a auto-

suficiência da sociedade, fundamentando-se na mundialização da economia, na competitividade, na concentração empresarial e na desregulamentação.

Propõe-se que o Estado preste apoio à economia do lado da oferta, sendo beneficiários imediatos, os grandes grupos empresariais donde resultam estratégias consideradas como fundamentais, como sejam, a redução da presença pública, através do silogismo mais Mercado menos Estado, e consequentemente realizado através da privatização de empresas públicas e dos serviços sociais bem como a concessão de facilidades a empresas privadas através da redução de impostos e contribuições directas.

Caminha-se assim para uma perspectiva essencialmente economicista dos Estados, voltada em grande parte para a preocupação com os mercados e com o seu funcionamento independentemente da sua vontade, sendo que são os novos agrupamentos sociais preferenciais resultantes deste processo que impõem a nova ideologia dominante de hoje. O neo-liberalismo não é mais do que o fruto de uma concepção económica que pretende determinar as sociedades pela via económica, impondo-a pela via da redução do peso do estado. Com efeito, tem assim como objectivo preferencial reduzir o mais possível o peso do Estado na sociedade e aumentar o domínio do mercado.

O *consenso de Washington*¹⁷ é um dos corolários desta ideologia neoliberal e está directamente ligado aos grandes padrões da economia privada, nomeadamente as “*grandes corporações que controlam muito da economia internacional e que detêm os meios para dominar a política de formação e de estruturação do pensamento e da opinião*”.¹⁸ O que resulta deste consenso é uma prática de liberalização económica assente em três grandes bases: 1. uma política macro-económica que se traduzisse numa inflação baixa, contenção ao máximo do déficit orçamental e equilíbrio das contas externas; 2. liberalização das economias com consequente abertura dos mercados financeiros e comercial; 3. privatização e desregulação da economia, promovendo o papel do mercado e reduzindo o papel do Estado.

Face à incapacidade destes modelos para a solução dos graves problemas mundiais, nomeadamente ao nível do desenvolvimento sustentado e da desigualdade económica e política, têm-se apresentado outros modelos e soluções alternativas. Destas deve destacar-se a designada “*terceira via*”, que ideologicamente se situaria entre o fundamentalismo de mercado e o socialismo, e que seria diferente de país para país. Segundo um dos mais importantes economistas americanos da actualidade o ex-economista-chefe do Banco Mundial Joseph Stiglitz, esta *terceira via* teria no entanto um conjunto de características comuns a todos os países, a saber:

1. Adopção de um posicionamento compensado entre o Estado e os Mercados, reconhecendo a importância de ambos e a sua complementaridade. Assim em separado cada um poderia ter problemas, pois as falhas do mercado são um facto, mas também o são as falhas de Estado;

2. A debilidade do governo impede o crescimento, pois os Estados débeis não podem proporcionar lei e ordem, nem fazer respeitar os contratos e não conseguem garantir um sistema bancário seguro e sólido, ainda que os neo-liberais se preocupem com o Estado excessivo;

3. A política pública deveria esforçar-se por melhorar os mercados e o governo, uma vez que reconheceria os limites do Estado e do mercado;

4. Reconhecer a importância fundamental da igualdade e transformá-la num objectivo explícito, pois que as políticas igualitárias tendem a favorecer o crescimento económico.¹⁹

É em face do que fica dito que assume particular importância a globalização económica, pois é por via dela que se faz sentir com maior acuidade aquilo que hoje nos preocupa: é possível existir em paralelo eficiência e equidade, mais é possível que neste quadro conviva a própria globalização? A resposta a estas questões só é possível depois de se analisar a questão económica global.

ii. A Perspectiva económica

A globalização do ponto de vista económico, não pode ser encarada apenas como uma crescente internacionalização das economias e na sua interdependência, consubstanciada num aumento das trocas e na aceleração da circulação planetária dos factores de produção.

Para a sua explicação deve também ter-se em conta que a globalização se encontra determinada pelo próprio modelo económico capitalista que hoje se generaliza pelo planeta. Esta constatação é tanto mais evidente, quanto a integração a nível mundial dos mercados para os bens, serviços e factores de produção é caracterizada essencialmente pela remoção da rigidez e das barreiras ao chamado ajustamento pelo mercado e pela *«conhecida aversão histórica do capitalismo ao enclausuramento nacional que permite deduzir que a globalização é tão velha como o próprio capitalismo, melhor, é um dos seus traços constitutivos»*.²⁰ Por esta acepção a globalização não é mais do que o corolário lógico do desenvolvimento do sistema capitalista.²¹ Ainda que assim seja, o certo é que a globalização se reflecte economicamente em todos os

países do mundo através de um crescimento que na actualidade é comparável ao verificado no período subsequente à II Guerra Mundial até à I crise petrolífera.

O crescimento económico não é igual em todos os países, pelo que é neste ponto que o problema se coloca, indicando as últimas estatísticas internacionais que cerca de 30% enriqueceu com a globalização e cerca dos restantes 70% continuam fora do sistema. Com efeito, a globalização do ponto de vista económico tem contribuído para o aumento da desigualdade no mundo e bem assim para a desigualdade no próprio seio dos países mais ricos.

Por outro lado, é importante tomar em consideração o papel do Estado na economia e a sua intervenção face à globalização. O redimensionamento do Estado estará dependente da mobilidade do capital e do trabalho, já que numa economia fechada, devido à existência de *free-riders* não é facilmente determinado o nível óptimo das despesas públicas, correspondente à maximização do bem-estar das população residente. É deste modo que, «*numa economia global e numa situação ideal (utópica!) de perfeita mobilidade, esta informação é facilmente obténivel já que as populações (...) escolhem o local onde vivem ou investem de acordo com as suas preferências e o desempenho do governo. A localização das pessoas é formulada com base na comparação entre (...) as preferências individuais (...) as opções do governo e a sua eficiência*».²²

iii. A Perspectiva social

A perspectiva social da globalização introduz um conjunto de variáveis fundamentais no processo de relacionamento do homem com a sociedade e de uma forma geral no quadro do relacionamento entre os homens. Assim, desde logo, conceitos como exclusão social, pobreza, desigualdades sociais, distribuição desigual da riqueza e dos rendimentos, emergem desse conjunto de variáveis e influenciam o quadro actual da sociedade humana.

Com efeito, a globalização económica tratou de influenciar de forma completa toda a situação mundial, provocando a constituição de grandes empresas multinacionais, as quais se vão assumindo cada vez mais como determinantes do processo de transformação acelerado que se vive no mundo. Efectivamente, são elas que detêm cerca de um terço do produto industrial mundial assim como o maior montante das transacções comerciais. Por tal motivo, detêm também a maioria dos trabalhadores e bem assim a maior parte da capacidade de definição da oferta e da procura dos bens essenciais, e por via disso, comandam a estrutura de preços do mercado.

É assim que tais agrupamentos económicos exercem um impacto na desigualdade mundial e aperfeiçoam a estrutura pluralista das elites, ainda que também seja a partir deles que a elite empresarial tenha vindo a adquirir uma cada vez maior importância. Efectivamente, é nas grandes empresas multinacionais que se tem vindo a refinar uma elite empresarial que envolve depois dos directores das grandes empresas, os altos funcionários do Estado, os líderes políticos e os profissionais muito influentes. Ainda que possam parecer díspares, o certo é que os interesses que os motivam estão tão próximos que se podem considerar como fazendo parte do mesmo quadro, partilhando *“uma situação comum de privilégio socioeconómico e um interesse comum de classe nas relações do poder político e do controlo social que são intrínsecas ao modo de produção capitalista”*.²⁸

3. Prólogo

Falámos até agora, ainda que em separado, da identidade nacional e do fenómeno da globalização. Importa neste preciso momento procurar relacionar as duas realidades, enquadradas que ficam dentro dos seus aspectos fundamentais.

A globalização agora considerada dentro de uma perspectiva global, isto é, social, económica e política, tem vindo a determinar um afastamento cada vez maior, quer no interior dos Estados quer no relacionamento entre eles, do conjunto de características que definiam o Estado tradicional e que o identificavam com o povo que lhe estava associado.

O conceito tradicional de Estado identificava à partida, a existência de um povo, de um território e de um poder político, e estes eram determinantes na identificação recíproca entre o Estado e o seu povo. A própria delimitação territorial feita em função de linhas bem demarcadas e constringedoras quer do ponto de vista interno quer do ponto de vista externo, era por si só, um mecanismo suficientemente forte para a criação de laços identificadores entre os indivíduos.

A actualidade do problema coloca-se no sentido de que por via da globalização, as próprias dinâmicas tradicionais dos Estados são modificadas ao nível dos seus elementos mais caracterizadores, nomeadamente, no que respeita à definição de fronteira, pátria ou ao próprio conceito de nação. Efectivamente, a nação deixa de ter um território porque este não existe de facto, quanto mais não seja, porque as fronteiras dos Estados são bem mais virtuais do que reais.

A lógica da integração em grandes espaços, a isso conduz, de tal modo que a circulação de pessoas, bens e serviços é cada vez mais facilitada e em casos onde isto ainda não se verifica (veja-se os casos dos Estados mais tradicionais, como alguns da Ásia, África ou Médio Oriente) estes não conseguem impedir a lógica da sociedade da informação.

A sociedade da informação tende a ser cada vez mais global e mais mundializada, ou seja, chega a todos e com uma rapidez quase imediata. Os grandes acontecimentos nos EUA, por exemplo, reflectem-se de imediato em qualquer ponto do mundo ou o inverso. Por via disto, o conceito de território é cada vez menos importante e o critério espacial de determinação das nacionalidades e das identidades nacionais passa a ser cada vez mais uma miragem. Por outro lado, a própria língua tende a assumir-se como um critério pouco determinante na lógica da definição do conceito de nação. Ele será cada vez mais um critério objectivo de separação, mas não suficiente para a manutenção da tradicional ordem legitimária da identidade nacional.

A globalização conduz necessariamente à perda do elemento que tradicionalmente os Estados consideram como determinante na sua relação uns com os outros: a soberania. Por causa das dependências económicas, sociais e políticas, cada vez mais evidentes dos Estados com as grandes empresas supranacionais, e, ao mesmo tempo os alinhamentos também supranacionais dos próprios Estados, estes vêem limitadas as suas competências no plano externo e no plano interno.

E, com o fim da soberania, não é mais possível falar de identidade nacional. Um Estado que não consegue exercer as suas competências tradicionais, também não consegue de facto, exercer sobre os indivíduos o fascínio do nacional e assim promover a sua identificação com uma entidade que para além de abstracta deixou de ser real. O campo da virtualidade dos Estados, principalmente os mais pequenos, é assim um fenómeno que a verificar-se o estado actual das coisas será cada vez mais evidente, e, mais evidente será por conseguinte, a quebra da identidade nacional dos indivíduos perante o seu Estado.

Todavia, isto não quer dizer que não se venham a verificar alterações num sentido ou em outro. Efectivamente, a vida dos Estados e dos homens é feita de movimentos, avanços e recuos, e a perspectiva ideológica não morreu, apenas se atenuou, tal como as ideologias que dão corpo á identidade nacional.

É por este facto que, podemos pensar, ainda que sem grande certeza, que o movimento da globalização no seu sentido mais pejorativo, pode sofrer um recuo na sua forma de afirmação. Tal recuo a verificar-se, terá como impulsionador a questão do nacionalismo, que de uma

forma ou de outra, continuam a manifestar-se, umas vezes exacerbadamente outras mais controladamente, mas sempre com o intuito de contradizer a lógica da globalização.

NOTAS

¹ Cf., entre outros: o ensaio analítico de Margaret MEAD sobre o estudo do carácter nacional, in **Lasswell**, Harold D. and **Lerner**, Daniel, *The Policy Sciences in the United States*. New York: The Policy Sciences Foundation, 1950; **Dufrenne**, Mikel, *La Personalidad Básica: un concepto sociológico*. Buenos Aires: Paidós, 1959; **Kardiner**, Abram et al., *The Psychological Frontiers of Society*, New York: Columbia Univ. Press, 1945; **Métraux**, Rhoda e **Mead**, Margaret, *Thèmes de «Culture» de la France*. Le Havre: Institut Havrais de Sociologie Économique & de Psychologie des Peuples, 1957; No campo das ciências humanas, veja-se ainda o estudo de **Miroglio**, Abel, *La Psychologie des Peuples*, Paris: PUF, 1965.

² Cf. Identité. Séminaire interdisciplinaire dirigé par Claude LÉVI-STRAUSS, professeur au Collège de France (1974-1975). Paris: Bernard Grasset, 1977

³ id. Ibidem

⁴ **Smith**, Anthony D., *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 28

A ideia de nação, pode e tem sido desenvolvida, a partir da preponderância face aos elementos que supostamente a caracterizam. Assim, a escola naturalista tem privilegiado os elementos materiais, objectivos, como seja a língua, o sangue, a etnia ou o solo, ainda que a preponderância seja dada ao instrumento linguístico, Neste enquadramento podemos citar o nosso Fernando Pessoa, para quem a “*base da pátria é o idioma porque o idioma é o pensamento em acção, e o homem é um animal pensante, e a acção é a essência da vida. O idioma, por isso mesmo é que é uma tradição verdadeiramente viva, concentra em si, instintiva e naturalmente, um conjunto de tradições, de maneiras de ser e de pensar, uma história e uma lembrança, um passado morto que só nele pode reviver*”. *Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional*, Lisboa, Ática, 1978, p. 121. Por seu lado a escola voluntarista, centram a definição de nação num acto de adesão espiritual, num querer permanecer em comum, subjectivo e individualizado. Os elementos preponderantes são assim os subjectivos, como fica patente numa das mais célebres definições do conceito de Nação de Ernest Renan “*uma Nação é, pois, uma grande solidariedade instituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e dos que ainda se está disposto a fazer. Supõe um passado, mas resume-se, contudo, no presente, a um facto tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoai-me esta metáfora) um plebiscito quotidiano, tal como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua de vida*”. *Que és una Nación?*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1957, p. 107

⁵ Cfr. **Smith**, Anthony D., *A Identidade Nacional...*, op. cit. pp. 28 e ss

⁶ Segue-se de perto o proposto por **Nunes**, Ana Bela, *A Globalização numa Perspectiva Histórica*, Lisboa, UTL-ISEG, Série Documentos de Trabalho, n.º 8, pp. 4 e ss.

⁷ **Giddens**, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 621

⁸ **Giddens**, Anthony, *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença, 2000, p. 24

⁹ **Chomsky**, Noam, *Neoliberalismo e Ordem Global. Crítica do lucro*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 13

¹⁰ **Estefanía**, Joaquín, *La Nueva Economía. La Globalización*, Barcelona, Editorial Debate, 2001, p. 48-49

¹¹ **González-Tablas**, Martínez A., *Economía Política de la Globalización*, Madrid, Ariel Económica, p. 47

¹² O Estado Social, é o Estado característico da “*sociedade industrial*” e a ideia dele está vinculada a pressupostos reais, económicos e sociais. No fundo do estado social está uma concreta estrutura económica, em que predomina a concentração da produção, a concentração social, uma técnica evoluída, um processo racional de trabalho, necessidades standardizadas, uma sociedade dividida em classes, e ainda uma determinada forma cultural. Resulta daqui, que o Estado nesta concepção faz prevalecer a ideia de que perante o poder económico se colocam valores essencialmente políticos, jurídicos e sociais. Para além disto, o Estado propõe-se intervir na esfera económica, condicionando-a e conduzindo-a no sentido de realizações sociais e políticas, as quais não se realizariam sem a sua intervenção. Por tal facto, o Estado tem de assumir-se como interventor, até porque, num elevado grau de desenvolvimento económico e condicionado pelo progresso técnico, sem aquela intervenção os mais fracos não teriam possibilidade de sobreviver. Assim, o caos e a desordem, seriam elementos que tenderiam a surgir num curto espaço de tempo o que não seria do interesse nem das empresas nem do Estado. Portanto, em resultado da evolução económica, tendente para uma concentração económica, pela qual o domínio assenta num reduzido número de empresas, facilita a intervenção do Estado e, a eventualidade de surgirem tensões económicas que coloquem em causa aquele domínio implicam a intervenção do Estado. Cfr. **Moreira**, Vital, *A Ordem Jurídica do Capitalismo*, Coimbra, Editora Centelha, 1973, p. 117 e ss.; **Martins**, Rogério, *Caminho de País Novo*, Lisboa, 1970, p. 30; **Martínez**, Daniel e **Ruiz**, Matia Luz, *La Globalización Gobernada. Estado, Sociedad y Mercado en el siglo XXI*, Madrid, Tecnos, 2001, pp. 9 e ss; **Rosanvalon**, Pierre, *La Nouvelle Question Sociale. Repenser L'Etat Providence*, Paris, Éditions du Seuil, 1995, p. 7 e ss; **Claramunt**, Carlos O., *El Estado del Bienestar. Objetivos, modelos y teorías explicativas*, Madrid, Ariel, 1999

¹³ Esta perspectiva da legitimação assenta no teorema de Habermas, e que corresponde grosso modo, ao seguinte: a um aumento da actuação do Estado corresponde um igual aumento da respectiva necessidade de legitimação. Cfr. **Habermas**, Jurgen, *Mudança estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

¹⁴ *Nações e nacionalismo numa era global*, Lisboa, Celta, 1999, p. 82

¹⁵ Forma que o poder político utiliza como instrumento das suas intervenções materiais ou conformadoras dos processos sócio-económicos. Cfr. **Santos**, Boaventura Sousa, *Pela mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 80 e ss

¹⁶ **Machado**, João Baptista, «Menos Estado», «Crise Regulatória» e «Diálogo Social», in **Brandão**, Maria de Fátima (Org.), *Perspectivas sobre o liberalismo em Portugal*, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 1994, p. 85

¹⁷ Com origem em 1989, o chamado *Consenso de Washington*, é o resultado de um documento adoptado a partir de uma reunião realizada em Washington naquele ano, por académicos e economistas norte americanos, funcionários do governo e funcionários do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, e que assenta em dez pontos fundamentais: 1. Estabelecimento de uma política fiscal; 2. Dar prioridade da despesa pública em educação e saúde; 3. Levar a cabo uma reforma tributária; 4. Estabelecer taxas positivas determinadas pelo mercado; 5. Estabelecer câmbios competitivos; 6. Desenvolver políticas comerciais liberais; 7. Criar uma maior abertura ao investimento estrangeira; 8. Privatização das empresas públicas; 9. Levar a cabo uma profunda desregulação; 10. Garantir a protecção da propriedade privada. Esperava-se que com estas medidas e como consequência da globalização se verificasse um aumento das taxas de crescimento económico e que iria

provocar uma diminuição significativa da pobreza e da insegurança, e que também o fluxo de capital e crescimento das exportações promoveria o desenvolvimento de sectores com um uso intensivo de mão de obra.

¹⁸ **Chomsky**, Noam, *Neoliberalismo e Ordem Global. Crítica do Lucro*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, p. 20

¹⁹ *Hacia un nuevo consenso de “tercera vía”*, El País, 9 de Mayo de 2001

²⁰ **Branco**, Manuel Couret Pereira, *A Globalização Económica e a Erosão da Ideia Democrática*, in *Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social – ISESE, n.º 72, 2001, p. 107

²¹ Pretende-se por esta via e no contexto capitalista, e “*combater a inflação, reduzir os déficits do orçamento, prosseguir uma política monetária restritiva, encorajar a flexibilidade do trabalho, dismantelar o Estado providência e estimular, sem tréguas, o livre comércio*”. **Ramonet**, Ignácio, *Geopolítica do Caos*, Petrópolis, Editorial Vozes, 2001, p. 55

²² **Santos**, Vitor, *A Globalização e o Futuro do Estado*, in *O Estado a Economia e as Empresas*, Lisboa, Economia & Prospectiva, Ministério da Economia, Vol. II, n.º 3/4 Out. 98/Mar 99, p.15

²³ **Becker**, David, et **Sklar**, Richard, «*Why postimperialism?*», in D. Becker et al, 1987, p. 7